



PREFEITURA
NITERÓI
FEITA POR VOCÊ

SECRETARIA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E ECONOMIA CRIATIVA - SAE

Edital de Chamamento Público SAE nº 01/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA APRENDIZ MUSICAL

**Niterói – Rio de Janeiro
2023**

recebido: 



Edital de Chamamento Público nº 01/2023

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por intermédio da Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE - com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e respectiva legislação correlata, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a gestão administrativa do programa Aprendiz Musical.

Poderão participar deste Chamamento Público, Organização da Sociedade Civil (OSC), cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto deste Chamamento Público; apresentando-se na Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Economia Criativa, na data de 17/02/2023, a partir das 11 horas, no endereço: Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 5º andar, Centro – Niterói, RJ.

O Termo de Colaboração será gerido pela Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Economia Criativa e a Organização da Sociedade Civil (OSC) vencedora do presente chamamento público, na forma do presente instrumento convocatório.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Niterói, por intermédio da Secretaria de Ações Estratégicas e Economia Criativa – SAE - por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto Municipal nº 13996/2021 e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. A presente convocação pública visa a seleção da melhor proposta, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital, que deverá estar em conformidade com o Anexo I – Plano de Trabalho.

1.4. Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de colaboração.

1.5. A participação da Organização da Sociedade Civil nesta convocação pública implica a aceitação integral e irrevogável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas e legislações aplicáveis.

1.5.1. Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase da convocação pública e da execução.

Handwritten signatures in blue ink:
pe...
[Signature]
[Signature]

1.6. A convocação pública a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público ou anulada, sem que caiba aos participantes qualquer direito à reclamação ou à indenização por estes motivos.

1.7. O Edital e seus anexos serão disponibilizados no sítio <http://www.niteroi.rj.gov.br/>, podendo ser obtida cópia impressa mediante a doação de uma resma de papel A4, de 10 às 17h, no endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987, 4º andar, Centro – Niterói, RJ.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. Este documento disciplina a celebração de parceria com uma Organização da Sociedade Civil, a qual ficará responsável por gerir o Programa Aprendiz Musical, bem como administrar e coordenar as atividades culturais e educativas, fornecendo os profissionais, insumos e equipamentos necessários para sua prática, conforme o estabelecido no Anexo I – Plano de Trabalho.

2.1.1. Não será objeto do presente Termo a realização de obras, competindo à OSC a aquisição e montagem dos bens e equipamentos necessários à prestação dos serviços descritos no Anexo I.

2.2. O Termo de Colaboração será celebrado a partir da escolha da proposta vencedora, que conterá a proposta técnica, econômica e pedagógica, selecionada nas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, elaborada pela Organização da Sociedade Civil conforme as diretrizes trazidas no presente Edital, especialmente no seu Anexo I.

2.2.1. O prazo referente à parceria que versa este Edital, firmada a partir da assinatura do Termo de Colaboração, será de 12 (doze) meses, renováveis por igual período na forma do presente instrumento jurídico.

2.3. Os objetivos específicos da parceria estão descritos de maneira detalhada, conforme item 5 do Plano de Trabalho, Anexo I deste Edital.

3. JUSTIFICATIVA

O programa Aprendiz: música na escola teve início dia 18 de abril de 2001, abrangendo inicialmente 03 escolas da rede municipal. Em 2002 houve a primeira expansão com a criação do núcleo de musicalização, que ampliou o número de alunos atendidos pelo programa e também o de escolas envolvidas.

Em 2006, no intuito de garantir melhor preparação para o aprendizado da música, o programa foi ampliado estendendo as atividades aos alunos do 1º e 2º do ensino fundamental de novas escolas, assim garantindo um processo de formação musical acessível a cada vez mais crianças e jovens da cidade.

O sucesso obtido redimensionou o programa e, conseqüentemente, trouxe novos desafios tanto no que tange ao aprimoramento deste trabalho quanto à sua

assinatura
[assinatura] *[assinatura]*

manutenção como uma das principais metas desta que é uma política pública de cultura do município. Um grande desafio era dar perspectiva para os alunos que demonstrassem aptidão e interesse em se dedicar ao estudo musical mais aprofundado, mas cujo tempo de permanência no programa estava por findar ao concluírem o ensino fundamental - que é atendido pela rede municipal de ensino - e passarem a frequentar a rede estadual. Como solução, foi criada a Orquestra Jovem de Niterói, que estende o prazo de permanência desses alunos no programa e oferece ensino teórico e prático mais aprofundado, com o intuito de prepará-los para ingressarem em escolas profissionalizantes, orquestras e ingressar nos estudos de graduação acadêmica, onde poderiam dar prosseguimento à carreira de músicos. Além de ser uma opção para os alunos mais adiantados, a Orquestra Jovem de Niterói estimula também a participação dos iniciantes, na medida em que estimula maior envolvimento e dedicação aos estudos teóricos e práticos para ganhar uma vaga.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

- a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou
- c) As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) declarar, conforme modelo constante no Anexo II – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Coelha
UMF

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, *caput*, inciso I, e art. 35, *caput*, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, *caput*, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, *caput*, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, *caput*, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) possuir experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos ininterruptos, a ser comprovada no momento da apresentação do Plano de Trabalho do art. 33, *caput*, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- f) possuir condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo III – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, *caput*, V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, o que deve ser comprovado. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, *caput*, V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014),
- h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 34, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

Assinatura: VMF

- i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, V e VI, da Lei nº 13.019/2014);
- k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil (art. 34, *caput*, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014); e
- l) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014).

5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, *caput*, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, *caput*, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, *caput*, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, *caput*, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, *caput*, inciso V, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, *caput*, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
- g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo

Assinado: Vmk

em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, *caput*, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, a ser constituída na forma de portaria a ser publicada previamente à etapa de avaliação das propostas.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

6.6. Fica vedada a participação em rede de OSC "executante e não celebrante" que tenha mantido relação jurídica com, no mínimo, um dos integrantes da Comissão de Seleção responsável pelo chamamento público que resultou na celebração da parceria.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

| TABELA 1: ETAPAS DE SELEÇÃO | | |
|-----------------------------|--|-------------------------|
| ETAPA | DESCRIÇÃO DA ETAPA | Datas |
| 1 | Publicação do Edital de Chamamento Público. | 18/01/2023 |
| 2 | Envio das propostas pelas OSCs. | 17/02/2023 |
| 3 | Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção. | 18/02/2023 a 22/02/2023 |

Assinado: [assinatura]

| | | |
|---|---|-------------------------|
| 4 | Divulgação do resultado preliminar. | 23/02/2023 |
| 5 | Interposição de recursos contra o resultado preliminar | 24/02/2023 a 28/02/2023 |
| 6 | Análise dos recursos pela Comissão de Seleção. | 01/03/2023 |
| 7 | Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver) | 02/03/2023 |

7.1.1. A ausência de interposição de recursos dentro do prazo estipulado por este edital implicará na antecipação do prazo de homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção.

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Niterói www.niteroi.rj.gov.br, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do mesmo.

7.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs.

7.4.1. As propostas das OSCs deverão ser entregues, pessoalmente, no horário de 11h às 17h, em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta Edital de Chamamento Público - Programa Aprendiz Musical", no dia 17 de fevereiro de 2023, destinado à Comissão de Seleção, na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 4º andar, Centro – Niterói, RJ.

7.4.1.1 Também serão aceitas as propostas oferecidas pela via postal, desde que observadas as demais formalidades previstas neste edital e sejam entregues no prazo e no endereço previsto na cláusula 7.4.1.

7.4.2. A proposta entregue, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou pen drive) da proposta.

7.4.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

R
receber
mf

7.4.4. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

7.4.5. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto político-pedagógico proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

7.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2, observado o contido no Anexo I – Plano de Trabalho.

7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados a seguir:

| TABELA 2: CRITÉRIOS DE JULGAMENTO | | | | |
|--|---|-------------------------|---|-------------------------|
| ITEM | CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO | ITEM DE ANÁLISE | PONTUAÇÃO | PONTUAÇÃO MÁXIMA |
| 1 | Experiência da Organização na execução de Projeto com foco em educação musical e cultural | Documento comprobatório | <ul style="list-style-type: none"> i. Grau pleno de atendimento (2,0 pontos) ii. Grau satisfatório de atendimento (1,0 pontos) iii. O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). | 2,0 |

R. Soares
VMF



| | | | | |
|---|--|-------------------------|---|-----|
| 2 | Experiência da Organização na execução continuada com foco em gestão de programa de formação musical | Contratos | i. Grau pleno de atendimento (2,0 pontos) ii. Grau satisfatório de atendimento (1,0 pontos) iii. O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). | 2,0 |
| 3 | Quantidade de pessoas já atendidas em todas as atividades geridas pela OSC nas áreas de educação musical e cultural | Documento comprobatório | Cada 2.000 alunos atendidos equivalerão a 0,5 pontos, podendo atingir no máximo 2,0 pontos no total da nota. | 2,0 |
| 4 | Informações coerentes sobre programas a serem executados, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas. | Proposta da OSC | i. Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) ii. Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) iii. O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). | 4,0 |
| 5 | Adequação da proposta aos objetivos direcionados à gestão, bem como proposição de soluções para inovação, modernização e monitoramento do Programa | Proposta da OSC | i. Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) ii. Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) iii. O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). | 4,0 |

Recebi:
UMF



| | | | | |
|---|--|-------------------------|---|-----|
| | Aprendiz Musical. | | | |
| 6 | <p>Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta.</p> <p>OBS: Deverá haver a descrição analítica dos custos de sua implementação, em consonância com o praticado no mercado.</p> | Proposta da OSC | <p>i. O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (2,0);</p> <p>ii. O Valor global proposto é até 10% (dez por cento) mais baixo do valor de referência (1,0);</p> <p>iii. O valor global proposto é igual ou superior ao valor de referência (0,0). (Conferir Observação 2)</p> | 2,0 |
| 7 | <p>Experiência de gestão em parcerias <i>lato sensu</i> com o Poder Público nos eixos descritos no Plano de Trabalho (aceitas parcerias com fulcro na Lei nº 13.019/2014, convênios e demais instrumentos congêneres).</p> | Documento comprobatório | <p>i. Grau pleno de experiência de gestão – 4 ou mais parcerias (3,0).</p> <p>ii. Grau satisfatório de experiência de gestão – de 1 a 3 parcerias (1,5).</p> <p>iii. O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de experiência de gestão – ausência de parcerias (0,0).</p> | 3,0 |
| 8 | <p>Prêmios e reconhecimentos públicos (nacionais ou internacionais)</p> | Documento comprobatório | <p>Cada prêmio equivalerá a 0,2 pontos na nota final, podendo atingir no máximo 1,0 pontos.</p> | 1,0 |

R. Paula: Vmf

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | pela atuação da organização na área de interesse do objeto da contratação | | | |
| <p>OBS 1: A atribuição de nota "zero" nos critérios 1, 2, 3, 4 e 5 implicam na eliminação da proposta, por força do <i>caput</i> do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.</p> <p>OBS 2: A atribuição de nota "zero" no critério 6 <u>NÃO</u> implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.</p> <p>OBS 3: A atribuição de nota "zero" nos critérios 7 e 8 <u>NÃO</u> implica na eliminação da proposta.</p> | | | | |

7.5.5. A pontuação máxima global será de 20,00 (vinte) pontos.

7.5.6. A falsidade de informações acarretará a eliminação das propostas, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.7. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas aos critérios de julgamento, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.8. Serão eliminadas aquelas propostas:

- a) cuja pontuação total for inferior a 10,0 (dez) pontos;
- b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento 1, 2, 3, 4 ou 5; ou ainda, que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexa com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
- c) que estejam em desacordo com o Edital; ou
- d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível.

7.5.9. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

R. Paula VMS

7.5.10. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento nº 4. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento nº 5, 1, 2, 7 e 6. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.5.11. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar.

7.6.1. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial da Prefeitura Municipal de Niterói (www.niterói.rj.gov.br) e, iniciando-se o prazo para recurso.

7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar.

7.7.1. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.7.2. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo.

7.7.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos, caso prefiram retirar cópia reprográfica.

7.7.4. Interposto recurso, a administração pública, preferencialmente por meio eletrônico, dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.8. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará em reconsideração.

7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso à Presidência da Comissão de Seleção, com as informações necessárias à decisão final.

7.8.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de

A. Souza - UMF

concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.8.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.8.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.8.6. Não havendo interposição de recursos dentro do prazo estipulado por este edital, o prazo de homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção será antecipado.

7.9. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).

7.9.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão público municipal deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

7.9.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.9.3. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

| TABELA 3: FASES DA CELEBRAÇÃO | |
|--------------------------------------|--|
| 1 | Convocação da OSC selecionada para apresentação detalhada de sua Proposta de Trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. |
| 2 | Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise da Proposta de Trabalho da OSC. |
| 3 | Ajustes na proposta apresentada e regularização de documentação, se necessário. |
| 4 | Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração. |
| 5 | Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município. |

R. Souza *UMF*

8.2. Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação de sua proposta técnica, orçamentária e pedagógica e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.

8.2.1. Para a celebração da parceria, a administração pública municipal convocará a OSC selecionada para, no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da convocação, apresentar analiticamente sua Proposta de Trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019/2014).

8.2.2. Com base no Plano de Trabalho apresentado (Anexo I deste edital), a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019/ 2014), observado o Anexo V – Elementos que deverão compor a Proposta de Trabalho.

8.2.3. A proposta apresentada pela OSC deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexos com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- c) Proposta Político-Pedagógica, envolvendo a implementação das modalidades e outras atividades nos espaços;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- g) as ações que demandam pagamento em espécie, quando for o caso.

8.2.4. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “f” do item 8.2.3. deste edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que se identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

8.2.5. Além da apresentação da Proposta de Trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 10 (dez) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do *caput* do art. 2º, nos incisos I a V do *caput* do art. 33 e nos incisos II a VII do *caput* do art. 34 da Lei nº 13.019/ 2014, e a não ocorrência de

X *Assessoria*
Umf

hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 01 (um) ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC.

IV - Certidão negativa (art. 205 do Código Tributário Nacional c/c art. 34 da Lei 13.019/2015) de débitos relativos a créditos tributários federais e municipais.

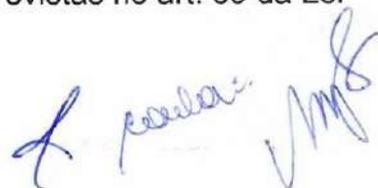
V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal do(s) Dirigente (s) da OSC atualizada, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles.

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei



nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo III – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

8.2.6. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI previstas no subitem 8.2.5 (art. 206 do Código Tributário Nacional c/c art. 34 da Lei 13.019/2015).

8.2.7. A critério da OSC, os documentos previstos nos incisos IV e V logo acima poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

8.2.8. As OSCs deverão reapresentar as certidões que se vencerem durante o certame.

8.2.9. A Proposta de Trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada. Tais documentos deverão ser entregues pessoalmente, na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 4º andar, Centro – Niterói, RJ, das 9h00 às 17h00.

8.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.

8.3.1. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise da proposta vencedora apresentada pela OSC.

8.3.2. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública municipal deverá consultar, dentre outros, o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

8.3.3. A administração pública municipal examinará a proposta apresentada pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

R. Costa - Vmf

8.3.4. Somente será aprovada a Proposta de Trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a administração pública municipal poderá solicitar a realização de ajustes no documento apresentado.

8.3.5. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.3.6. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

8.4. Etapa 3: Ajustes na Proposta de Trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

8.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação na proposta enviada pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.5. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

8.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação vigente, incluindo a aprovação da Proposta de Trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública municipal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

8.5.2. A aprovação da Proposta de Trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

8.5.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

Assinatura: [assinatura]

8.5.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

8.6. Etapa 5: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

8.6.1. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os recursos destinados à execução da parceria de que trata este Edital são provenientes do orçamento da Secretaria de Ações Estratégicas e Economia Criativa, autorizado por meio do Programa de Trabalho 8301.13.392.0136.5760, Código de despesa: 339039, Fonte: 138.

9.2. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública municipal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.3. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública municipal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

9.4. O valor de referência para a realização do objeto do termo de colaboração será de R\$ 16.299.853,36 (dezesesseis milhões, duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos) para um período de 12 (doze) meses. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

9.5. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/ 2014, e nos arts. 33 e 34.

9.6. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019/ 2014.

9.6.1. Não pode a OSC alegar desconhecimento da legislação ou das regras editalícias, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

R. Souza

9.7. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

- a) remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e
- d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

9.8. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

9.9. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.10. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10. CONTRAPARTIDA

10.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Niterói, www.niteroi.rj.gov.br, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data-limite para envio das propostas, preferencialmente de forma

R. Pereira V. M. F.

eletrônica, pelo e-mail **sae.niteroi@gmail.com** ou por petição protocolada na Rua Visconde de Sepetiba, 987/5º andar. A resposta às impugnações caberá ao Presidente da Comissão de Seleção.

11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, preferencialmente de forma eletrônica, pelo e-mail **sae.niteroi@gmail.com** ou por petição protocolada na Rua Visconde de Sepetiba, 987/5º andar. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

11.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.3. A Secretária de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

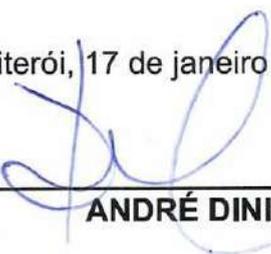
f *revisão* *CMF*

11.8. O presente Edital terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data da homologação do resultado definitivo.

11.9. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

- Anexo I – Plano de Trabalho;
- Anexo II – Declaração de Ciência e Concordância;
- Anexo III – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
- Anexo IV – Relação dos Dirigentes da Entidade;
- Anexo V – Elementos que deverão compor a Proposta de Trabalho;
- Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos; e
- Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração.

Niterói, 17 de janeiro de 2023.



ANDRÉ DINIZ

André Diniz
Secretário Mun. de Ações
Estratégicas e Economia Criativa
Matr. 1246.441-0



**PLANO DE TRABALHO
PROGRAMA APRENDIZ MUSICAL**

1. INTRODUÇÃO;

Trata-se do Plano de Trabalho para execução de Termo de Colaboração a ser pactuado entre a Prefeitura Municipal de Niterói e Organização da Sociedade Civil - OSC, para gestão e operacionalização do Programa Aprendiz Musical, cujo objeto é oferecer aulas de musicalização dentro das salas de aula das escolas da rede municipal de ensino, além de aulas de canto coral, aulas de instrumentos de cordas, sopros e percussão, prática de conjunto e formação orquestral para crianças e jovens do município no turno complementar escolar e na Casa Aprendiz.

O Plano de Trabalho elaborado pela Administração deverá nortear as propostas que serão preparadas pelas Organizações da Sociedade Civil interessadas, estes também a título de Plano de Trabalho, os quais deverão contemplar seus respectivos valores em formato de proposta orçamentária. A seguir indicamos as características e requisitos mínimos necessários à execução do Programa, os quais poderão ser ampliados e mais detalhados. Ressaltamos que o conteúdo do plano de trabalho elaborado pela Administração servirá como base e diretriz para que as OSCs possam elaborar suas Propostas.

2. OBJETO;

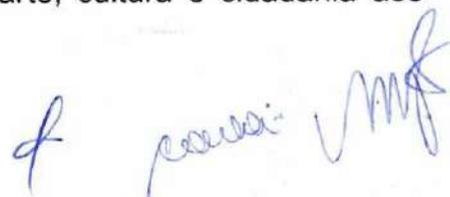
Este documento disciplina a celebração de parceria com uma Organização da Sociedade Civil, a qual ficará responsável por gerir o Programa Aprendiz Musical, bem como administrar e coordenar as atividades culturais e educativas, fornecendo os profissionais, insumos e equipamentos necessários para sua prática, incluindo a gestão da Casa Aprendiz Musical.

O Programa prevê em seu formato, além da iniciação musical, também o desenvolvimento dos alunos que venham a se destacar em algum instrumento, abrindo a possibilidade de especialização e preparação desses jovens, dando a eles a oportunidade de mirar, no futuro, a profissionalização na área, embora não seja este o objetivo principal do programa.

Além da possibilidade de especialização, a depender do progresso obtido, aqueles que se destacam poderão fazer parte da Orquestra Aprendiz - formada por jovens do programa - e também receber bolsas de estudo no intuito de subsidiá-los em sua formação musical.

3. JUSTIFICATIVA;

O APRENDIZ – música na escola, foi criado em 2001 e atendia, inicialmente, apenas 03 escolas e cerca de 270 (duzentos e setenta) alunos da rede municipal. O Programa foi idealizado com o intuito de proporcionar iniciação musical às crianças e jovens de Niterói, objetivando ampliar o universo da arte, cultura e cidadania aos alunos através do ensino da música.



Em 2002 houve a primeira expansão com a criação do núcleo de musicalização, que passou a atender aos alunos em sala de aula a partir do 3º ano escolar, preparando-os para que no ano seguinte comesçassem o aprendizado de um instrumento de sua escolha. Com isso ampliou-se o número de alunos atendidos pelo programa e também o de escolas envolvidas.

Em 2006, no intuito de garantir melhor preparação para o aprendizado da música, o programa foi ampliado estendendo as atividades aos alunos do 1º e 2º ciclos do ensino fundamental, assim garantindo um processo de formação musical acessível a cada vez mais crianças e jovens da cidade.

De lá pra cá o programa já atendeu crianças e jovens entre 06 (seis) e 23 (vinte e três) anos, oferecendo a eles o conhecimento e aprendizado para os mais diversos instrumentos musicais e seus conceitos, dentre eles, violino, violoncelo, violão, cavaquinho, percussão, clarinete, flautas, entre outros, ou seja, de variados tipos e gêneros.

Notadamente, é possível observar que este Programa realiza atividades de extremo interesse público que compõem, igualmente, atribuições a serem desenvolvidas, apoiadas e incentivadas pelo Estado, fazendo com que sua execução seja extremamente relevante.

Destaca-se ainda que a atuação do programa atende atualmente a 2.200 (dois mil e duzentos) alunos, em 22 (vinte e duas) escolas municipais espalhadas por todas as 05 (cinco) principais zonas da Cidade, sendo um de seus objetivos primordiais, a partir deste Chamamento Público, atender a 7.500 (sete mil e quinhentos) alunos em todas as escolas públicas do Município. As escolas atualmente atendidas estão demonstradas no mapa abaixo:



O Programa Aprendiz Musical tem um papel fundamental na formação social e no desenvolvimento cultural e educativo de crianças e jovens, por isso a importância da ampliação do quantitativo de vagas, para que esse acesso seja disponibilizado para um maior número de contemplados, transformando cada vez mais a vida dos jovens.

3.1 PÚBLICO ALVO;

f. Maria VMS

A gestão do Aprendiz Musical visa atender aos alunos do ensino fundamental de Niterói, além de jovens egressos da rede municipal de ensino que desejem seguir os estudos musicais e se preparar para ingressar na universidade e na vida profissional.

O público-alvo prioritário abrange estudantes da rede fundamental de ensino e egressos, moradores do Município de Niterói.

4. PRAZO;

O Termo de Colaboração terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação da assinatura do Termo ou da Ordem de Início, se houver, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme determina o artigo 35 do Decreto Municipal nº 13.996/2021.

5. ESPECIFICAÇÕES DE ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM PARCERIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

5.1 DOS EIXOS;

A Organização da Sociedade Civil atenderá as diretrizes de gestão e administração apontadas pelos gestores da Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE, devendo atuar nos seguintes eixos:

Eixo Musicalização: referente às aulas de 60 (sessenta) minutos uma vez por semana dentro de sala de aula, obrigatórias para as turmas do ensino fundamental nas escolas atendidas.

Eixo Canto Coral: referente às aulas opcionais de canto coral no turno complementar das aulas, com duração de 120 (cento e vinte) minutos, uma vez por semana, dentro das escolas atendidas pelo programa.

Eixo Instrumentos: referente às aulas opcionais no turno complementar, com duração de 120 (cento e vinte) minutos, uma vez por semana, dentro das escolas atendidas pelo programa, divididas em Núcleo de Sopros e Percussão - flautim, flauta transversal, clarinete, oboé, saxofone, bombardino, trompa, trompete, trombone e percussão; Núcleo de Cordas Friccionadas - violino, viola, violoncelo e contrabaixo, e Cordas Dedilhadas - violão e ukelele.

Eixo Casa Aprendiz Musical: referente às aulas destinadas aos estudantes e/ou egressos da rede municipal que apresentem habilidades técnicas mais desenvolvidas. Os estudantes são encaminhados para o espaço designado "Casa Aprendiz Musical", onde têm 60 (sessenta) minutos semanais de aulas individuais, 120 (cento e vinte) minutos de aulas coletivas práticas e 60 (sessenta) minutos semanais de percepção musical e teoria, e podem participar das formações orquestrais e demais aulas e atividades opcionais oferecidas tais como cursos livres e cursos técnicos.

As atividades acima descritas serão classificadas da seguinte forma:

f *revisão:* *vmf*

| | Cunho Permanente Ocorrerão de forma contínua no Programa Aprendiz Musical | Cunho Eventual Ocorrerão de forma não contínua no Programa Aprendiz Musical |
|-----------------------------------|--|--|
| Eixo Musicalização | aulas de musicalização no ensino fundamental | |
| Eixo Canto Coral | aulas opcionais de canto coral no turno complementar escolar | |
| Eixo Instrumentos | aulas opcionais de sopros, percussão e cordas no turno complementar escolar | |
| Eixo Casa Aprendiz Musical | aulas de teoria e percepção musical; aulas práticas de instrumentos; prática de conjunto e formação orquestral; cursos livres e cursos técnicos opcionais. | |
| Apresentações musicais | | Apresentações musicais tais como encontro de corais e concertos de fim de ano |

5.2 DA GESTÃO;

Caberá à OSC a gestão administrativa, financeira, social e pedagógica do Programa Aprendiz Musical realizado nas escolas municipais, bem como a gestão, manutenção e segurança da Casa Aprendiz Musical, conforme descrito:

- **Gestão administrativa e financeira:** manutenção e controle das finanças, contratação e gestão de pessoas, pagamento dos gastos ordinários;
- **Gestão pedagógica:** coordenação e implementação das atividades no Programa Aprendiz Musical; elaboração de propostas pedagógicas; definição das atividades e cursos a serem ofertados em conformidade com o plano político-pedagógico; execução do plano político-pedagógico apresentado; avaliação continuada dos resultados obtidos e da coerência entre oferta e demanda do

A
Assinatura: 

público-alvo; realização da mediação pedagógica necessária ao bom andamento das atividades;

- **Manutenção e segurança:** zelo pela conservação da Casa Aprendiz Musical; limpeza e manutenção das instalações internas; manutenção das áreas externas; reparos nos sistemas elétrico e hidráulico conforme necessidade; garantia da segurança do espaço físico e dos equipamentos e bens nele contidos;
- **Aquisição de instrumentos:** compra e reposição de instrumentos para atender à demanda das aulas nas escolas, bem como na Casa Aprendiz Musical;
- **Manutenção de instrumentos:** realização de sistema de catalogação, zelo pela conservação e manutenção dos instrumentos musicais e demais equipamentos de consumo e reposição necessários para o desenvolvimento pleno da execução do objeto;

A Casa Aprendiz funcionará no endereço localizado à Rua Antônio Silva, nº 42, no bairro do Fonseca em Niterói, cujo espaço correspondente a casa possui metragem total 692,25m², sendo 251,36 m² de área construída, divididos em dois pavimentos, sendo o primeiro contando com 03 (três) salas, 01 (um) depósito, 01 (um) hall da escada, 01 (um) banheiro e 01 (uma) cozinha, e o segundo que conta com 04 (quatro) salas, 01 (um) hall de escada e 02 (dois) banheiros.

O imóvel conta ainda com um anexo, cuja área construída possui 86,56 m², também divididos em dois pavimentos, sendo o primeiro com 01 (um) refeitório e 01 (uma) cozinha, e o segundo com 03 (três) salas, 01 (um) hall e 01 (um) banheiro.

Além do anexo, a Casa Aprendiz, contará ainda com um auditório de 245 m², na parte externa.

Caberá também à OSC a prestação de serviços que atenda aos seguintes requisitos:

A oferta de atividades: deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- Atender o seguinte quantitativo de turmas/alunos:

Eixo Musicalização: Pelo menos 250 (duzentas e cinquenta) turmas do ensino fundamental. Cada turma tem em média 27 alunos cada, de acordo com a experiência no programa nos anos anteriores;

Eixo Canto Coral: Pelo menos 12 (doze) turmas com no mínimo 10 alunos;

Eixo Instrumentos: Pelo menos 36 (trinta e seis) turmas de no mínimo 10 e no máximo 15 alunos;

Eixo Casa Aprendiz Musical: No mínimo 30 (trinta) turmas com até 3 alunos, no mínimo 60 (sessenta) alunos na orquestra principal, 30 (trinta) alunos de coro e 60 (sessenta) alunos na orquestra intermediária;

- Ofertar aulas de musicalização nos turnos escolares regulares de segunda a sexta-feira;

f *Paula* *UMF*



- Ofertar aulas individuais e coletivas de prática de instrumentos e canto coral com prática de conjunto (turnos manhã e tarde) de segunda a sexta-feira nos turnos complementares escolares;
- Ofertar na Casa Aprendiz Musical atividades de formação continuada tais aulas como teoria e percepção musical; aulas práticas individuais e coletivas de instrumentos; formação orquestral;
- Ofertar "Bolsa Orquestra" para até 80 integrantes da Orquestra Aprendiz Musical com melhor desempenho, que receberão a bonificação mediante avaliação de comissão formada por equipe qualificada;
- Ofertar "Bolsa Intermediária" para até 80 integrantes da Orquestra Aprendiz Musical Intermediária, que receberão a bonificação mediante avaliação de comissão formada por equipe qualificada;
- Ofertar "Bolsa Coro" para até 50 integrantes do Coro Aprendiz com melhor desempenho, que receberão a bonificação mediante avaliação de comissão formada por equipe qualificada;
- Ofertar "Bolsa Iniciante" para até 150 alunos que frequentarem a Casa Aprendiz Musical para ter aulas, mas ainda não componham a orquestra principal;
- Ofertar treinamento pedagógico continuado aos professores e coordenadores do Aprendiz, de forma a proporcionar preparação e adaptação dos profissionais ao ambiente escolar e educacional;
- Ofertar aulas e atividades opcionais de reforço escolar preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio;
- Ofertar aulas e atividades opcionais oferecidas tais como cursos livres e cursos técnicos com foco em música, produção musical, produção cultural;
- Ofertar acompanhamento psicossocial dos alunos e trabalhadores do programa.

Utilização da Casa Aprendiz Musical: a Casa Aprendiz Musical ficará aberta das 9h às 18h, de segunda a sábado. Deverá a OSC providenciar a segurança em horário integral, esteja ou não sendo desenvolvida alguma atividade.

Apresentação de plano político-pedagógico: As atividades devem estar estruturadas dentro de uma lógica coerente com os valores de diversidade e inclusão, incorporando os seguintes aspectos:

- As atividades devem ser ofertadas em períodos compatíveis com a idade dos interessados;
- O incentivo ao protagonismo da população em pertencer ao espaço e desenvolver suas habilidades.

Apresentação de resultados: As atividades e cursos oferecidos devem contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas na Seção "Metas a serem atingidas".

5.3 DOS OBJETIVOS E METAS;

- Realizar a gestão do programa Aprendiz Musical, de acordo com as diretrizes apontadas pela Secretaria Municipal de Ações Estratégicas - SAE;

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Saulo" followed by a flourish.

- Garantir a realização de atividades de musicalização voltadas para alunos do ensino fundamental durante o horário escolar, dentro das salas de aula, com ampla oferta de vagas nas escolas atendidas pelo programa;
- Garantir a realização de atividades de Prática de Instrumentos e Canto Coral, opcionais para alunos no turno complementar escolar;
- Garantir a realização de atividades de formação continuada na Casa Aprendiz Musical, a fim de encaminhar os jovens estudantes do programa Aprendiz, egressos do ensino fundamental, a seguir seus estudos em música e compor a Orquestra Jovem;
- Oferecer reforço escolar com aulas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias;
- Habilitar os jovens alunos do programa Aprendiz para a concorrência no ENEM, de forma a capacitá-los para ingressar nas vagas das faculdades em geral, e em especial nas faculdades de música, com preparação para o THE (Teste de Habilidade Específica exigido para as vagas nos cursos de música) e demais processos seletivos profissionalizantes;
- Promover periodicamente apresentações musicais e eventos culturais nas escolas, na Casa Aprendiz Musical e em equipamentos culturais da cidade tais como teatros e centros culturais municipais e privados;
- Promover produções de concertos, shows musicais, operetas;
- Montagem de 01 (um) espetáculo de teatro musical, incluindo todos os elementos necessários para tanto, como contratação de diretor musical, preparador físico, preparador vocal, iluminadores, operadores de som, figurinistas, cenógrafos, produtores, compra e locação de equipamentos, insumos, e material para a execução do projeto;
- Promover atividades extraordinárias e eventos tais como Festa do Dia das Crianças, Festa do Dia dos Professores, Festa da Família, Festa de Fim de Ano, entre outras.
- Promover atividades de intercâmbio nacional e/ou internacional, tanto no sentido de trazer profissionais para qualificação pedagógica na cidade quanto enviar alunos, professores e grupos para apresentações e experiências de ensino musical em outras cidades e países.

METAS MÍNIMAS A SEREM ATINGIDAS

| | Indicador | Fonte de Verificação (mínima) | Período de Aferição | Metas mínimas |
|---|--|---|----------------------------|--|
| 1 | Cumprimento das atividades de acordo com o Plano de Trabalho | Fotos, vídeos e relatórios de atividades assinados pelo responsável legal | Semestral | Mínimo de 90% (noventa por cento) cumprido de acordo com especificação do Plano de Trabalho *Nº de atividades oferecidas/nº de atividades propostas |

f. [assinatura] *vmf*

| | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------|---|
| 2 | Número de alunos matriculados/inscritos (atendidos) nas atividades permanentes do Programa Aprendiz Musical | Lista de alunos matriculados | Semestral | Mínimo de 7.500 (sete mil e quinhentos) alunos matriculados, considerando todas as faixas etárias |
| 3 | Eventos culturais extraordinários | Fotos, vídeos e lista de presença | Semestral | 20 (vinte) eventos |
| Obs 1: Entende-se por "atendimento" / "atendidos" todos aqueles que participarem de atividades previstas no Plano de Trabalho, desconsiderando aqueles que forem meramente transeuntes. | | | | |

DESCRIÇÃO DAS METAS

- *90% (noventa por cento) cumprido de acordo com especificação do Plano de Trabalho:*

Garantir que o Plano de Trabalho pactuado entre as partes seja cumprido em 90% da sua totalidade de modo a assegurar o cumprimento das atividades e devida aplicação dos recursos repassados.

Objetivo relacionado: gestão administrativa, financeira, social e pedagógica do Programa Aprendiz Musical realizado nas escolas municipais, com o desempenho de atividades descritas na proposta da OSC baseada no Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública

- *7.500 (sete mil e quinhentos) alunos matriculados/inscritos nas atividades permanentes do Programa Aprendiz Musical:*

Esta meta busca demonstrar a capacidade da parceira em captar interessados nas atividades oferecidas no Programa Aprendiz Musical. Entende-se por atividade permanente aquela que acontece de forma contínua.

Objetivo relacionado: Propiciar um ambiente para o desenvolvimento humano na prática de atividades culturais e artísticas de cunho musical.

- *Mínimo de 20 (vinte) eventos culturais realizados:*

Garantir a realização de apresentações musicais realizadas pelos alunos matriculados no programa.

Objetivo relacionado: Garantir periodicamente eventos culturais e artísticos.

Exige-se que a OSC apresente, no Plano de Trabalho, a metodologia das atividades a serem desenvolvidas para o cumprimento de cada uma das metas, inclusive podendo trazer novas metas, marcos e indicadores a serem utilizados para sua aferição. As metas deverão ser explicadas com indicação das estratégias a

R. Paula: cmf

serem desenvolvidas durante a execução do projeto, com o intuito de atingir os objetivos apresentados no Edital.

Devem ser informadas as ações que serão realizadas em parcerias com outras instituições ou entidades.

O Plano de Trabalho a ser apresentado deverá atender minimamente as condições e demandas indicadas neste documento, sem prejuízo da possibilidade de aumento no número de atividades ou atendimentos, caso seja possível, sendo este um fator a ser considerado quando da apresentação da proposta.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO;

| Atividade | Ações mínimas | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | Mês 4 | Mês 5 | Mês 6 | Mês 7 | Mês 8 | Mês 9 | Mês 10 | Mês 11 | Mês 12 |
|---|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|
| Ações iniciais para a implantação das atividades no Programa Aprendiz Musical | Contratação de pessoal | | | | | | | | | | | | |
| | Compra de instrumentos e insumos | | | | | | | | | | | | |
| | Abertura de matrícula | | | | | | | | | | | | |
| | Outras | | | | | | | | | | | | |
| Início das atividades propostas | Execução do quadro de atividades | | | | | | | | | | | | |
| | Acompanhamento das metas | | | | | | | | | | | | |
| | Realização de ajustes necessários | | | | | | | | | | | | |
| | Outras | | | | | | | | | | | | |
| Relatórios | Confecção de relatórios/ prestação de contas parcial | | | | | | | | | | | | |
| | Outras | | | | | | | | | | | | |
| Encerrament o da parceira | Prestação de contas | | | | | | | | | | | | |
| | Outras | | | | | | | | | | | | |

7. DOS VALORES E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO;

O valor estimado para esta contratação será definido após ampla pesquisa de preços, conforme preconizam os artigos 17º e 18º do Decreto Municipal nº 13.996/2021.

O desembolso do valor homologado para a contratação será efetuado em 4 (quatro) parcelas trimestrais definidas conforme necessidade da OSC, sendo a primeira liberada logo após a assinatura do Termo ou publicação da ordem de início da parceria, se houver, em alinhamento com a execução do objeto desta parceria.

As parcelas subsequentes serão repassadas após apresentação da prestação de contas parcial referente à parcela anterior, sem prejuízos da apresentação de

assinatura
Vmf

prestação de contas final ao término dos doze meses, nos termos do capítulo VII do Decreto Municipal nº 13.996/2021.

Os valores a serem desembolsados para cumprimento deste objeto estão previstos na Lei de Orçamento Anual - LOA e correrão à conta do orçamento municipal, através do Programa de Trabalho nº 8301.13.392.0136.5760, Natureza de Despesas nº 33.90.39 e Fonte de Recursos nº 138.

8. DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS;

8.1 DA MÃO DE OBRA;

O Programa Aprendiz Musical funciona de segunda a sexta-feira nas escolas em horário escolar, de segunda a sábado na Casa Aprendiz Musical e, eventualmente, aos domingos para ensaios e apresentações, e demandará funcionários que atuarão na gestão do programa e da Casa Aprendiz Musical. Serão necessários funcionários experientes e capacitados, também, para o desempenho de atividades previstas.

Para a execução dos serviços, caberá à instituição selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente proposta técnica, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. A contratação de pessoal deverá estabelecer jornada de trabalho compatível com a atividade desempenhada, bem como observar o piso salarial estadual de cada cargo, a formação e experiência requeridas para o cargo e as condições gerais de exercício.

| CARGO | ATIVIDADES | FORMAÇÃO | CARGA HORÁRIA |
|------------------------|---|--------------------------|---------------|
| Direção geral | Responsável por planejar, organizar e controlar todas as ações do programa, fazer a gestão dos recursos financeiros, administrativos, estruturação, racionalização, e adequação dos serviços diversos conforme plano de trabalho. | Ensino completo superior | 40h |
| Direção artística | Responsável por desenvolver a concepção artística e estética do Programa, em consonância com a identidade cultural da cidade e dos envolvidos. | Ensino completo superior | 40h |
| Direção administrativa | Coordena, organiza e controla as atividades da área administrativa, definindo normas e procedimentos de atuação para atender as necessidades | Ensino completo superior | 40h |

F. Assessor: UMF



| | | | |
|-----------------------------------|--|--|-----|
| Coordenação do programa | Responsável por definir as diretrizes, desenvolver e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem do programa, prover apoio aos coordenadores de núcleos, aos professores até a comunicação com as famílias. | Graduação em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 40h |
| Pesquisador | Responsável por realizar pesquisas de compositores, obras, concertos, arranjos e material didático, a fim de adaptar o uso ao Programa. | Ensino superior completo | 40h |
| Coordenação pedagógica de núcleos | Responsável por acompanhar o processo de ensino-aprendizagem do programa, acompanhar os núcleos de sopro, cordas e musicalização. | Graduação em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 40h |
| Coordenação de núcleo | Responsável por desenvolver com os professores de cada núcleo a metodologia e o desenvolvimento pedagógico propostos pela Coordenação Pedagógica. | Graduação em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 40h |
| Coordenador de Produção | Responsável por coordenar, orientar e dar suporte às equipes de produção do Aprendiz Musical. | Ensino superior completo | 40h |
| Professor (a) 6h | Responsável por ensinar técnicas instrumentais, escalas, leitura e teoria musical disponível por 3 horas semanais exclusivas para atender as demandas do programa. | Graduação, concluída ou em curso, em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 6h |
| Professor (a) 12h | Responsável por ensinar técnicas instrumentais, escalas, leitura e teoria musical disponível por 12 horas semanais exclusivas para atender as demandas do programa. | Graduação, concluída ou em curso, em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 12 |

f *coordenador* *vmpf*



| | | | |
|---------------------------------------|--|---|-----|
| Professor(a) 24h | Responsável por ensinar técnicas instrumentais, escalas, leitura e teoria musical disponível por 24 horas exclusivas semanais para atender as demandas do programa. | Graduação, concluída ou em curso, em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 24h |
| Monitor(a) | Responsável por acompanhar as atividades do programa nas escolas e dar assistência aos professores. | Ensino médio completo | 15h |
| Pianista 16h | Responsável por acompanhar as aulas de musicalização, práticas de conjunto e ensaios dos conjuntos de alunos. | Graduação em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 16h |
| Regente | Responsável por dirigir o grupo de coro e/ou orquestra do programa. | Graduação em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 20h |
| Preparador vocal | Responsável por treinar e preparar os grupos nos ensaios e apresentações musicais | Graduação em Licenciatura e/ou Bacharelado em Música ou Educação Musical | 20h |
| Professor de preparatório para o ENEM | Responsável por oferecer reforço escolar com aulas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias | Ensino superior concluído ou em curso. | 12h |
| Arquivista | Responsável por organizar, catalogar e fazer a gestão do acervo de partituras e material pedagógico do programa | Ensino superior, concluído ou em curso, na área de música (bacharelado ou licenciatura) ou arquivologia | 20h |

Handwritten signature and notes in blue ink.



| | | | |
|--------------------------------|--|---|-----|
| Produtor(a) executivo(a) | Responsável por organizar e produzir eventos internos e externos, acompanhar as atividades, acompanhar as atividades do programa nas escolas e planejar atividades propostas pela coordenação. | Ensino superior concluído ou em curso | 40h |
| Assistente de produção | Responsável por dar assistência e trabalhar em equipe, subordinado(a) aos produtores executivos e coordenação. | Ensino completo médio | 40h |
| Coordenador (a) de comunicação | Responsável por realizar as estratégias de comunicação interna e externa, avaliar e divulgar a imagem do programa em site, redes sociais e imprensa. | Ensino superior completo em comunicação e áreas afins | 40h |
| Fonoaudiólogo (a) | Responsável por prevenir, avaliar, diagnosticar e tratar distúrbios da fala, linguagem, comunicação social, comunicação cognitiva e deglutição nos alunos e equipes de trabalho do Aprendiz Musical. | Graduação em Fonoaudiologia | 20h |
| Musicoterapeuta | Responsável por promover, por meio da música, a reabilitação física, mental e social dos alunos e equipes de trabalho do Aprendiz Musical. | Graduação em Musicoterapia | 20h |
| Psicólogo(a) | Responsável por realizar o acompanhamento e monitoramento psicológico dos alunos e equipes de trabalhos do Aprendiz Musical | Graduação em Psicologia | 20h |
| Assistente social | Responsável por realizar o acompanhamento e monitoramento psicossocial dos alunos e equipes de trabalhos do Aprendiz Musical | Graduação em Serviço Social | 20h |

f. caixa: VMB



| | | | |
|---------------------------------------|--|---------------------------------------|-----|
| Coordenador(a) de projetos | Responsável por coordenar cronogramas, recursos, equipamentos e informações do Aprendiz Musical e seus projetos. | Ensino completo superior | 40h |
| Assistente de RH | Responsável por assessorar a equipe administrativa, prestando suporte na gestão e administração do quadro de funcionários. | Ensino concluído superior ou em curso | 40h |
| Coordenação administrativo financeira | Coordena as atividades relativas às áreas de contas a pagar e receber, crédito e cobrança, tesouraria, faturamento, notas fiscais eletrônicas e negociação com instituições bancárias. | Ensino completo superior | 40h |

| SERVIÇOS | ATIVIDADES | CONTRATAÇÃO |
|-------------------------------|---|--------------|
| Luthieria | Reparo e regulagem dos instrumentos de cordas, sopros e percussão | Serviço / PJ |
| Limpeza | Serviço de limpeza do local de trabalho, organização dos ambientes, atendimento e diferentes tipos de serviços de manutenção. | Serviço / PJ |
| Copeiro (a) | Serviço de atendimento de copa e cozinha da Casa Aprendiz. | Serviço / PJ |
| Recepcionista | Serviço de recepção e atendimento na Casa Aprendiz. | Serviço / PJ |
| Supervisão | Serviço de supervisão das equipes de limpeza, copa, recepção, vigia e assistente administrativo. | Serviço / PJ |
| Assistente administrativo (a) | Serviço de assistência das atividades administrativas executadas pela equipe do Aprendiz Musical. | Serviço / PJ |

Assistente administrativo
LMF



| | | |
|---|--|--------------|
| Vigia | Serviço de segurança patrimonial da Casa Aprendiz Musical, seus ocupantes e seus equipamentos. | Serviço / PJ |
| Serviços gerais | Zeladoria e diferentes tipos de serviços de manutenção na Casa Aprendiz Musical e seus equipamentos. | Serviço / PJ |
| Arranjos musicais | Serviço de arranjos de obras através de reinterpretação, releitura e até edição para orquestra. | Serviço / PJ |
| Comunicação | Serviço de comunicação, administração de redes sociais, design, manutenção e hospedagem de website | Serviço / PJ |
| Captação de imagem em vídeo e fotografia | Captação de imagem em vídeo e fotografia, incluindo equipamento de alta resolução, equipe e fornecimento de material, editado conforme solicitação | Serviço / PJ |
| Sistema de monitoramento e avaliação | Implantação de sistema eletrônico de monitoramento e avaliação do programa, seus alunos e suas atividades | Serviço / PJ |
| Capacitação pedagógica | Atividades de formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional | Serviço / PJ |
| Capacitação técnica | Oferta de cursos livres para formação de operador de som e técnico de iluminação em concertos musicais, a serem oferecidos para os alunos dentro da Casa Aprendiz. | Serviço / PJ |
| Desenvolvimento de projetos e prestação de contas | Responsável pela concepção, desenvolvimento e prestação de contas de projetos a ser realizados pelo programa | Serviço / PJ |
| Contabilidade | Responsável por toda parte contábil do programa, com funções tais como: elaborar balanços, demonstrativos de resultados, relatórios de faturamento e balancetes mensais, recolhimentos de impostos, validação de emissão e outros. | Serviço / PJ |
| Assessoria jurídica | Responsável pela assessoria jurídica do Aprendiz, com funções tais como: analisar, elaborar documentos e autorizações, avaliar questões e propor estratégias de forma a | Serviço / PJ |

X *autor: cmf*

| | | |
|-------------------------------------|--|--------------|
| | salvaguardar o programa, seus alunos e equipe de trabalho. | |
| Assessoria de imprensa | Contratação de serviço de relações públicas e pela construção do relacionamento junto aos meios de comunicação e atores de outros setores. | Serviço / PJ |
| Eventos extraordinários | Contratação de serviço de realização de eventos extraordinários como Festa do Dia das Crianças, Festa do Dia dos Professores, Festa da Família, Festa de Fim de Ano, entre outras. | Serviço / PJ |
| Iluminação e sonorização de eventos | Contratação de serviço de sonorização e iluminação para concertos e eventos, com locação de equipamentos e equipe técnica. | Serviço / PJ |

8.2 DAS OUTRAS DESPESAS E CUSTOS;

A OSC ficará responsável por informar os valores e arcar com as despesas de custeio, operacionais, de investimento e com pessoal.

Além disso, a OSC deverá adquirir os insumos necessários para desenvolver as atividades propostas no Plano de Trabalho, observando a quantidade de pessoas que serão atendidas.

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|------------------------|---|
| Alimentos e bebidas | Aquisição de alimentos e bebidas para atender aos alunos frequentadores dos ensaios e aulas na Casa Aprendiz Musical e em eventos externos |
| Transporte | Fornecer o transporte individual das equipes, bem como transporte de carga, transporte coletivo dos alunos para eventos e atividades extras. |
| Material de expediente | Aquisição de materiais tais como papel, caneta, corretivo, grampeador etc. |
| Instrumentos musicais | Aquisição de instrumentos musicais de sopros, cordas e percussão para atender aos alunos nas escolas, na Casa Aprendiz Musical. Todos os Instrumentos adquiridos deverão respeitar as especificações contidas na Planilha em anexo, sendo as especificações apenas uma referência mínima de qualidade a ser atendida. |
| Material pedagógico | Aquisição de métodos para a orientação e formação pedagógica das equipes de iniciação musical e prática de instrumentos |

R. Costa *UMF*

| | |
|------------------------------------|---|
| Mobiliário | Aquisição de mobiliário tais como armários, mesas, cadeiras, sofás, etc para equipar a Casa Aprendiz musical |
| Material gráfico | Impressão de material gráfico para divulgação do Programa, bem como a impressão de programas de concertos para distribuição local. |
| Eletrodomésticos | Aquisição de eletrodomésticos tais como geladeira, fogão, microondas, cafeteira, TV, etc, para equipar a Casa Aprendiz Musical |
| Eletroeletrônicos | Locação de eletroeletrônicos tais como computadores e impressora para o uso das equipes de trabalho e para os alunos da Casa Aprendiz Musical |
| Itens de decoração e uso doméstico | Aquisição de itens de decoração tais como cortinas, quadros, molduras para fotos, equipamentos de cozinha, etc, para equipar a Casa Aprendiz Musical |
| Uniforme | Compra de uniformes para atender aos professores e alunos dos eixos canto coral, instrumentos e Casa Aprendiz Musical |
| Material de limpeza | Materiais para limpeza e higiene tais como detergente, desinfetante, vassoura, bucha, papel higiênico, sabonete, etc |
| Material de ensino e de reposição | Materiais para ensino como cadernos pautados, lápis, e material de reposição musical, como cordas, breu e peças para a manutenção dos instrumentos de cordas; palhetas e demais peças para manutenção dos instrumentos de sopro; couro e peças para os instrumentos de percussão; etc |
| Bolsas | Auxílio dedicado aos alunos que formarem os conjuntos de orquestras, coro e frequentadores das aulas na Casa Aprendiz Musical. |
| Internet/Telefone | Despesas com internet e telefone na Casa Aprendiz |
| Softwares (licenças de uso) | Despesas com licenças de uso dos sistemas digitais utilizados no Aprendiz Musical |
| Manutenção predial (343,20 m2) | Serviço de prevenção e conservação de edificações, a fim de garantir a segurança coletiva e as boas condições da Casa Aprendiz. |

Os Planos de Trabalho a serem apresentados pelas OSCs deverão indicar, quantitativamente, todos os itens a serem adquiridos, dentro das categorias relacionadas acima, de maneira pormenorizada em sua planilha de custos, de modo que esta necessidade também seja avaliada no momento da seleção.

Todas as despesas financeiras da Parceria deverão estar relacionadas à execução das metas e suas respectivas etapas, sendo detalhadas em Plano de Aplicação com descrição dos itens, classificação do tipo de despesa (bens, serviços,

A. Paula: umf

tributos, despesas administrativas, operacionais e outras), especificação, quantidade, unidade, valor unitário e valor total.

Ao apresentar sua proposta, as OSC's deverão incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico, conforme determina a Lei nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 13.996/2021.

8.3 DOS CUSTOS E RECEITAS COMPLEMENTARES;

Tratando-se de um espaço multidisciplinar, a pluralidade de atividades que se pode realizar é certa, entretanto, com o intuito de garantir um Plano de Trabalho adequado, é necessário que se defina com muito cuidado a divisão de trabalhos e responsabilidades sobre o Programa Aprendiz Musical.

Desta forma, ainda que o espaço seja gerido por uma OSC, cabe prever a utilização do mesmo para eventos e atividades promovidos pela Prefeitura, bem como eventos de particulares.

Em ambos os casos, a agenda de atividades da OSC poderá ser afetada mediante prévio acordo com os interessados e validação da Prefeitura. No segundo caso, entretanto, é de exímia necessidade ressaltar que a entidade responsável pela gestão terá a incumbência somente de ceder o espaço, ficando terminantemente proibido o recebimento de quaisquer receitas provenientes do evento e se isentando da responsabilidade de fornecer pessoal ou realizar qualquer investimento para isto.

Sobre os eventos de particulares, cabe classificá-los em dois grupos:

- Com geração de receita: eventos de médio e grande porte com cobrança de ingressos. Nestes casos, o particular deverá acordar a realização deste diretamente com o poder público municipal com apresentação de contrapartida. A OSC fica proibida de receber quaisquer receitas provenientes destes eventos.
- Sem geração de receita: eventos locais de pequeno e médio porte com entrada franca. Nestes casos, o particular solicitará a permissão para utilização do espaço para o evento ou atividade, mediante a apresentação da proposta que deverá conter uma estimativa do público para tal.

Os eventos mencionados acima não serão contabilizados para fins de atingimento de metas da parceria.

As demais possibilidades para obtenção de receitas distintas daquelas caracterizadas como aporte por intermédio da parceria obedecerão o contido no

R. receber: Vmgf

artigo 55 do Decreto Municipal nº 13.996/2021, restando claro a necessidade de comunicação prévia ao Município e respectiva autorização, o que eventualmente irá ensejar em alteração do plano de trabalho proposto.

9. DAS OBRIGAÇÕES;

9.1 DA CONTRATADA;

- Elaborar um Plano de Trabalho (proposta) de acordo com as condições e diretrizes estabelecidas neste documento, observados os parâmetros e regramentos contidos na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 13.996/2021;
- Detalhar os custos envolvidos na elaboração do Plano de Trabalho, de modo a estabelecer os valores para sua execução;
- Manter-se fiel aos objetivos do programa e suas características;
- Comunicar a Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE sobre toda e qualquer modificação, alteração ou ajuste que venha requerer autorização da Pasta;
- Cumprir, como condição para celebração do Termo, e manter suas condições de habilitação em âmbito jurídico e fiscal durante toda a execução do programa;
- Responsabilizar-se por todos os custos e despesas administrativas, cíveis, trabalhistas e tributárias geradas a partir da execução do programa;
- Comunicar, previamente, a Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE a respeito de qualquer situação que impeça a plena execução do programa;
- Elaborar e apresentar as prestações de contas parciais, conforme determinado, acompanhando o recebimento das parcelas devidas, se comprometendo a corrigi-las, se for o caso, a pedido da Administração, no prazo de até 10 (dez) dias do aviso;
- Comprovar, através de documentos, contratos, atestados e afins, experiência na execução de objetos de natureza semelhante;
- Cumprir, integralmente, as metas estabelecidas neste Plano de Trabalho e na legislação aplicável que regerá a celebração deste Termo.

9.2 DA CONTRATANTE;

- Fiscalizar, monitorar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho apresentado pela OSC vencedora;
- Analisar, conforme determina a legislação vigente, as prestações de contas apresentadas, gerando relatórios e documentos que possam subsidiar as aprovações das mesmas;
- Efetuar, conforme cronograma de desembolso estabelecido, o pagamento das parcelas determinadas no Termo a ser celebrado;

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS;

A Organização da Sociedade Civil contratada deverá se manter como única responsável pela entrega e fornecimento dos serviços técnicos e produtos elencados neste Plano de Trabalho.

A. Pereira *CMF*



PREFEITURA
NITERÓI
FEITA POR VOCÊ

A Organização da Sociedade Civil contratada se obriga a manter todas as condições de habilitação exigidas durante toda a vigência do Termo.

Caberá à Organização da Sociedade Civil contratada aferir a qualidade dos serviços oferecidos, empregando os esforços necessários para sua plena execução, garantindo a satisfação do objeto.

Niterói, 17 de janeiro de 2023.

Realizado por: Marcus Carpi - Subsecretário - Matrícula 1246178-0

Marcus Carpi
Subsecretário Mun. de Ações
Estratégicas e Economia Criativa
Mat. 1246178-0

Aprovado por: André Diniz - Secretário Municipal de Ações Estratégicas e Economia Criativa.

André Diniz



PREFEITURA
NITERÓI
FEITA POR VOCÊ

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [*identificação da organização da sociedade civil – OSC*] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº/2019 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Niterói, ____ de _____ de 2023.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

R. Soares *UMF*

ANEXO III - DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, *caput*, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a [*identificação da organização da sociedade civil – OSC*]:

- dispõe de instalações e condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. OU
- pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. OU
- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Niterói, ____ de _____ de 2023.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

A. Paula VMF

ANEXO IV - RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC] que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados:

- (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou
- (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

| RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE | | |
|---|---|---|
| Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC | Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF | Endereço residencial, telefone e e-mail |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

➤ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
- (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

f. reuber 



PREFEITURA
NITERÓI
FEITA POR VOCÊ

(c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Niterói, ____ de _____ de 2023.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

A seguir: [assinatura]

ANEXO V - ELEMENTOS QUE DEVERÃO COMPOR O PLANO DE TRABALHO

- Descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- Forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- Proposta Político-Pedagógica;
- Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas, relacionadas com os objetivos e as diretrizes do plano de trabalho;
- Definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- Previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- Valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- Ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

A Proposta de Trabalho apresentada pela OSC não deverá conter a previsão de obras, mas deve seguir os parâmetros fixados no Anexo I (Plano de Trabalho) deste edital.

OBS: Para fins do edital considera-se "Proposta de Trabalho" o documento elaborado pela OSC, baseado na proposta apresentada durante o período de chamamento público. Após a aprovação e consolidação deste documento pela Secretária de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE, haverá a formação do "Plano de Trabalho" final objeto do Termo de Cooperação.

A seguir: 



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014.

Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, *caput*, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

A Paula
MPF



PREFEITURA
NITERÓI
FEITA POR VOCÊ

julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Niterói, ____ de _____ de 2023.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

R. Santos
CMF



ANEXO VII - MINUTA TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NITERÓI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E ECONOMIA CRIATIVA - SAE, E A _____, PARA O FIM DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO APRENDIZ MUSICAL.

O Município de Niterói, por intermédio de Secretária de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE, doravante denominada Administração Pública, com sede em Niterói, sito na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, Centro, CEP: 24020-206, inscrito no CNPJ/MF nº _____, neste ato representado pelo Secretário Municipal _____, nomeado por meio da Portaria nº ___, publicada no Diário Oficial do Município em ___ de 201___, portador do registro geral nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado em Niterói; e a [nome da OSC], organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada à Rua da ___ Bairro___, cidade ___, CEP___, inscrita no CNPJ sob o número ___, neste ato representada pelo (a) seu (sua) Presidente, o Sr. (a) ___, residente e domiciliado (a) à Rua ___ nº ___ - ___ - CEP: ___-, portador (a) da Carteira de Identidade nº ___ Órgão Expedidor ___ e CPF nº _____, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 01/2019, tendo em vista o que consta do Processo n. 180001094/2019 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e legislação correlata, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este documento disciplina a celebração de parceria com uma Organização da Sociedade Civil, a qual ficará responsável por gerir o Programa Aprendiz Musical, bem como administrar e coordenar as atividades culturais e educativas, fornecendo os profissionais, insumos e equipamentos necessários para sua prática, incluindo a gestão da Casa Aprendiz Musical.

1.2. Objetivos específicos da parceria:

- a) Realizar a gestão administrativa do espaço, de acordo com as diretrizes apontadas pela Secretária de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE;
- b) A criação de um espaço aberto ao público, com o desempenho de atividades descritas na proposta da OSC baseadas no Plano de Trabalho devidamente aprovado pela Administração Pública;
- c) Garantir atividades educacionais, culturais e esportivas para o público jovem e adulto com ampla oferta de vagas;
- d) Implantar um programa de atividades físicas adequadas para adultos e idosos;
- e) Garantir periodicamente eventos culturais e campeonatos esportivos em seus espaços físicos;

A seguir:

- f) Promover o desenvolvimento e aumento do número de atividades culturais e desportivas no Município de Niterói;
- g) Resgatar e realizar a manutenção das características locais, privilegiando aspectos relevantes como a tradição equestre;
- h) Ressaltar a vocação ambiental da região, servindo como um amplificador de sua atratividade turística;
- i) Propiciar um ambiente para o desenvolvimento humano na prática de atividades culturais e desportivas;
- j) Atender às expectativas da população de Niterói e, principalmente, local a partir da oferta de atividades em diversificados eixos;
- k) Incentivar o desenvolvimento da área como um polo agroecológico.

1.2.1. Tais objetivos devem considerar a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas trazidas no presente instrumento jurídico e no Plano de Trabalho devidamente aprovado pelo Município.

1.3. O Plano Trabalho, devidamente aprovado pela Administração Pública, poderá ser revisado, justificadamente, para melhor atender as demandas existentes na região e ao interesse público.

1.4. Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

1.5. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho aprovado, que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

2.2. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo, tais como ampliação ou redução do valor global, prorrogação da vigência ou alteração da destinação dos bens remanescentes, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de colaboração, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses a contar da ordem de início do projeto, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014:

X *causa:* *UMP*

I. mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e;

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

3.2. Também poderá ser prorrogado, por comum acordo das partes, por mais um único período consecutivo, desde que as contas anuais prestadas sejam devidamente aprovadas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Para a execução das atividades e projetos previstos neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos no valor total de R\$ 24.021.504,02 (vinte e quatro milhões, vinte e um mil, quinhentos e quatro reais e dois centavos), para os 12 (doze) meses previstos no subitem 3.1 deste termo, à conta da ação orçamentária da Secretaria de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE, autorizado meio do Programa de Trabalho 8301.13.392.0136.5760, Natureza de despesa: 339039, Fonte: 138, conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. A liberação do recurso financeiro se dará em 04 (quatro) parcelas trimestrais em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

5.2. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração; e

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

5.3. A verificação das hipóteses de retenção previstas no subitem 5.2 ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II. a análise das prestações de contas anuais;

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

f. Paula: VmR

IV. a consulta aos cadastros e sistemas que permitam aferir a regularidade da parceria.

5.4. O atraso injustificado no cumprimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho configura inadimplemento de obrigação prevista no Termo de Colaboração, podendo acarretar retenção dos repasses previstos no cronograma até o saneamento da irregularidade, bem como a rescisão unilateral da presente avença.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Todo e qualquer recurso referente ao presente Termo de Colaboração, desembolsado pela Prefeitura Municipal de Niterói, será mantido na instituição financeira Itaú Unibanco, Agência ____ conta corrente ____.

6.2. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

6.3. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.4. A conta referida no subitem 6.1 será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

6.5. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e seu objeto e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

6.6. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no Plano de Trabalho.

6.7. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máxima da entidade da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

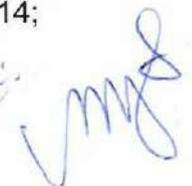
7.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada

A contar: -
MS

uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

7.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I. promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
- II. prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda sua extensão e no tempo devido;
- III. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- IV. monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- V. comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- VI. analisar os relatórios de execução do objeto;
- VII. analisar os relatórios de execução financeira;
- VIII. receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração;
- IX. instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA;
- X. designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;
- XI. retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XII. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIII. reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

Assinado: 

XIV. prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

XV. publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Colaboração;

XVI. divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter no seu sítio eletrônico oficial o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

XVII. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

XVIII. informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

XIX. analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

XX. aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

7.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014;

II. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III. garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

IV. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

V. não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

VI. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 ;

VII. executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VIII. prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do Capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;

L. Sousa
UMF

IX. responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

X. permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, servidores do sistema de controle interno da administração pública municipal e do Tribunal de Contas, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

XI. quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

a. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

b. garantir sua guarda e manutenção;

c. comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

d. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

e. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

f. durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XII. por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII. manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV. manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

XV. garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XVI. observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XVII. comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;

XVIII. divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;

de conta
UMF

XIX. submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

XX. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXI. responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014; e

XXII. quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

a) verificar a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do Termo de Colaboração, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas; e

b) comunicar à Administração Pública em até 30 (trinta) dias a assinatura do termo de atuação em rede.

CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

8.1. A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública.

8.2. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório, quando for o caso.

8.3. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço.

8.4. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

8.5. Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

R. Paula
V. M. S.

I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência; e

II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no Plano de Trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

8.6. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da entidade pública municipal celebrante da parceria, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

8.7. É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

9.1. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

9.2. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

9.3. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

I- designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

II- designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

III- emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação vigente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente

A parça:
VMJ

parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014);

IV- realizará visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

V- realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

VI- examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação vigente e neste instrumento (art. 66, *caput*, da Lei nº 13.019, de 2014);

VII- poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

VIII- poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014); e

IX- poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação;

9.4. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

9.5. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II do subitem 10.3, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

9.6. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado para subsidiar seus trabalhos.

9.7. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal, que não se enquadre nos casos a seguir, situações nas quais deve se declarar impedido:

F. Sauer *UMF*

- a) tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil;
- b) sua atuação no monitoramento e na avaliação configure conflito de interesse; ou
- c) tenha participado da comissão de seleção da parceria.

9.8. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014 e de seu regulamento.

10.9. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III do subitem 10.3, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

9.10. A visita técnica *in loco*, de que trata o inciso IV do subitem 10.3, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública municipal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ). A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica *in loco*.

9.11. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco* e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da Administração Pública Municipal. O relatório de visita técnica *in loco* deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

9.12. A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V do subitem 10.3, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública municipal, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

9.13. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

9.14. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A

X *exatidão?* *MS*

presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

10.1. O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I- extinto por decurso de prazo;
II- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) violação da legislação aplicável;
- e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- f) malversação de recursos públicos;
- g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública municipal; e
- l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

10.4. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

f. Paula: Vmf

10.5. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

11.6. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.7. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

11.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

11.2. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I. nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de análise da prestação de contas final; e

II. nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia do órgão ou entidade pública municipal quanto ao prazo de análise da prestação de contas final.

11.3. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS BENS REMANESCENTES: TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

12.1. Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da

F. Paula
vmf

entidade pública municipal e ficarão afetos ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

12.2. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

12.3. A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a Administração Pública Municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não mais será responsável pelos bens.

12.4. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela Administração Pública Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.

12.5. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1. Caso as atividades realizadas pela OSC com recursos públicos provenientes do Termo de Colaboração deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a Administração Pública terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens imateriais, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência da parceria.

13.2. Durante a vigência da parceria, os ganhos econômicos auferidos pela OSC na exploração ou licença de uso dos bens passíveis de propriedade intelectual, gerados com os recursos públicos provenientes do Termo de Colaboração, deverão ser aplicados no objeto do presente instrumento, sem prejuízo do disposto no subitem seguinte.

13.3. A participação nos ganhos econômicos fica assegurada, nos termos da legislação específica, ao inventor, criador ou autor.

14.4. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual permanecerão na titularidade da Administração

L. Paula: VMF

Pública quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social, observado o disposto no subitem seguinte.

13.5. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, quando não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

13.6. A OSC declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar, independente de solicitação da Administração Pública, todas as autorizações ou licenças necessárias para que o órgão ou entidade pública municipal utilize, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que forem resultado da execução desta parceria, da seguinte forma:

I – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, por quaisquer modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, inclusive:

- a) a reprodução parcial ou integral;
- b) a edição;
- c) a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;
- d) a tradução para qualquer idioma;
- e) a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
- f) a distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
- g) a comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; emprego de satélites artificiais; emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; e
- h) a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

II – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para a exploração de patente de invenção ou de modelo de utilidade e de registro de desenho industrial;

III – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, pela utilização da cultivar protegida; e

Handwritten signature in blue ink.

IV – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, pela utilização de programas de computador.

13.7. Cada um dos partícipes tomará as precauções necessárias para salvaguardar o sigilo das informações consideradas confidenciais acerca da propriedade intelectual, podendo estabelecer em instrumento específico as condições referentes à confidencialidade de dado ou informação cuja publicação ou revelação possa colocar em risco a aquisição, manutenção e exploração dos direitos de propriedade intelectual resultantes desta parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

14.1. No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, observando-se as cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

14.2. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

14.3. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

14.4. O Relatório Parcial de Execução do Objeto conterá:

I- a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, com comparativo de metas propostas com os resultados já alcançados;

II- a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III- os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV- os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver; e

V- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas.

14.5. O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I - dos resultados já alcançados e seus benefícios;

II - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

Avaliação: [assinatura]

III - do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

IV - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

14.6. As informações de que trata o subitem anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

14.7. A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação quando:

I- a parceria for selecionada por amostragem, conforme ato do Secretário ou do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal, considerados os parâmetros definidos pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU);

II- for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas da parceria no curso das ações de monitoramento e avaliação; ou

III- for aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo gestor.

14.8. O relatório técnico de monitoramento e avaliação conterá:

I- descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II- análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III- valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela OSC, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste instrumento;

V- análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias; e

VI- o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, emitido pelo gestor da parceria, que deverá:

a) avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios; e

b) descrever os efeitos da parceria na realidade local referentes:

1. aos impactos econômicos ou sociais;

2. ao grau de satisfação do público-alvo; e

3. à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

14.9. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a OSC da observância do disposto no subitem 15.5, assim como poderá dispensar que o relatório técnico de monitoramento e avaliação contenha a descrição referida na alínea "b" do inciso VI do subitem anterior.

Paulo
MP

14.10. A prestação de contas anual será considerada regular quando, da análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.

14.11. Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o gestor da parceria, antes da emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação, notificará a OSC para apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação, Relatório Parcial de Execução Financeira, que subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

14.12. O Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

I- a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II- o extrato da conta bancária específica;

III- a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

IV- a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

V- cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

14.13. A análise do Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I- o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

II- a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

14.14. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

14.15. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

I- sanar a irregularidade;

II- cumprir a obrigação; ou

R. Paula: JMF

III- apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

14.16. O gestor da parceria avaliará o cumprimento do disposto no subitem anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

14.17. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

14.18. Se persistir a irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

I - caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

- a) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
- b) a retenção das parcelas dos recursos; ou

II - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

- a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
- b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.

14.19. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de seu recebimento.

14.20. O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sendo que as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

15.1. A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

15.2. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam à Administração Pública avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

Aparecida

15.3. Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

15.4. O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I- a demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II- a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III- os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;
- V- o comprovante de devolução de eventual saldo financeiro; remanescente e
- VI- a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias.

15.5. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I- dos resultados alcançados e seus benefícios;
- II- dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- III- do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- IV- da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

15.6. As informações de que trata o subitem anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

15.7. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

- I- Relatório Final de Execução do Objeto;
- II- os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III- relatório de visita técnica *in loco*, quando houver; e
- IV- relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver (parcerias com vigência superior a um ano).

15.8. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas, devendo mencionar os elementos referidos no subitem 16.5.

15.9. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia,

A seguir: VMS

dispensar a OSC da observância do subitem 16.5, assim como poderá dispensar que o parecer técnico de análise da prestação de contas final avalie os efeitos da parceria na forma do subitem 16.8.

15.10. Na hipótese de a análise de que trata o subitem 16.7 concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

15.11. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

I- a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II- o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III- o extrato da conta bancária específica;

IV- a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

V- a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI- cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

15.12. A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I- o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

II- a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

15.13. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

15.14. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

X *Paula:* *UMB*

I- aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II- aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III- rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

15.15. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

15.16. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

15.17. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I- apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II- sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

15.18. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

I- no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

II- no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

15.19. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

15.20. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II do subitem 16.18 no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações

A. Costa *mf*

compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

15.21. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I- a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
II- o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

15.22. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

15.23. O transcurso do prazo definido no subitem anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I- não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
II- não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

15.24. Se o transcurso do prazo definido no subitem 16.22, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

15.25. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

R *Paula: JMF*

I- advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e;

III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

16.2. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

16.3. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

16.4. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

16.5. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal.

16.6. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal prevista no subitem anterior, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

16.7. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES ANTISSUBORNO E ANTICORRUPÇÃO

As *partes* declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº

f. [assinatura]

8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, assim como todas as convenções e tratados internacionais anticorrupção dos quais o Brasil é signatário, denominadas em conjunto "Leis Anticorrupção", e se comprometem a observá-las fielmente, *por si e seus prepostos, sócios, administradores e colaboradores*, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

Parágrafo Primeiro: As partes obrigam-se a comunicar uma à outra, assim que tiver conhecimento, sobre qualquer atividade ou prática que suspeite ou efetivamente constitua um indício ou uma infração aos termos das Leis Anticorrupção e/ou Política Antissuborno e Corrupção.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA desde já se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

Parágrafo Terceiro: No tocante às licitações e contratos licitatórios, as partes declaram que: (i) não frustraram, fraudaram, impediram, perturbaram, frustraram, fraudaram, impedirão ou perturbarão o caráter competitivo e a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, licitação pública ou contrato dela decorrente; (ii) não afastaram ou afastarão, procuraram ou procurarão afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (iii) não criaram ou criarão de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitações públicas ou celebrar contratos administrativos; (iv) não obtiveram ou obterão vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e (v) não manipularam, fraudaram, manipularão ou fraudarão o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

Parágrafo Quarto: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA ocorridas no contexto e com ligação ao presente contrato, devidamente apurado em sede de processo administrativo específico e/ou com decisão judicial condenatória em segunda instância, será considerado uma infração grave a este contrato e conferirá à parte inocente o direito de rescindir imediatamente o presente contrato, além da aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, bem como o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

A receber: VMS

Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (com redação dada pela Lei nº 13.709/2018), as partes se obrigam a respeitar a privacidade uma da outra, comprometendo-se a proteger e manter em sigilo todos os dados pessoais fornecidos uma da outra, em função deste contrato, salvo os casos em que sejam obrigadas, por autoridades públicas, a revelarem tais informações a terceiros.

Parágrafo Único: Nos termos do art. 7º, V, da LGPD, a **CONTRATADA** está autorizada a realizar o tratamento de dados pessoais do **CONTRATANTE** e, com base no art. 10º, II da LGPD, que trata de legítimo interesse do cliente, poderá armazenar, acessar, avaliar, modificar, transferir e comunicar, sob qualquer forma, todas e quaisquer informações relativas ao objeto desta contratação, onde, referido tratamento de dados será realizado unicamente em razão da prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DIVULGAÇÃO

19.1. Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da entidade pública municipal, de acordo com a Identidade Visual deste.

19.2. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela entidade pública municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

21.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal, sob a coordenação da Procuradoria Geral do Município, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019/2014.

21.2. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro

R. Carlos



PREFEITURA
NITERÓI
FEITA POR VOCÊ

da Justiça Estadual, mais especificamente o Foro da Cidade de Niterói, Comarca de Niterói.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Niterói, _____ de _____ de 2023.

Secretária Municipal
Secretaria de Ações Estratégicas e Economia Criativa - SAE

Presidente
Nome da OSC

TESTEMUNHAS:

Nome
Identidade
CPF

Nome
Identidade
CPF

Handwritten signature and initials in blue ink.